



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Necessidade/Demanda a ser Atendida

1.1. Indicação da necessidade, sob a perspectiva do interesse público:

Manter a comunicação de dados da rede local do TSE para atendimento da demanda de rede e telefonia.

1.2. Descrição da necessidade:

a) Descrição e análise do cenário atual:

Em função de suporte técnico no acesso à rede deste tribunal, preparação de novos ambientes e atendimento de demandas para mudanças de leiaute, como por exemplo nos pedidos 2023.00.000012112-7, 2023.00.000010269-6 e 2022.00.000003205-6

Conforme os exemplos acima, existe a constante demanda para mudanças de leiaute, sendo que em vários casos é necessária a passagem de novos pontos de rede, bem como a mudança física da localização de pontos já existentes.

A SEAU ainda executa o atendimento de diversas demandas de suporte técnico, destinados a verificar ou disponibilizar a conexão de vários tipos de equipamentos de TI em rede, como microcomputadores, servidores, *appliances*, periféricos e aparelhos telefônicos (Que operam via protocolo VoIP), entre outros.

A conexão à rede local é feita com cabos de rede conectorizados para os equipamentos citados os quais em vários pedidos de suporte técnico, tais cabos são também motivos de defeitos e precisam ser trocados ou reclipados.

Desta forma esta demanda também atenderá tal necessidade pois permitirá que os equipamentos de TI usados por servidores e colaboradores em todas as áreas do TSE estejam conectados à rede de dados. Lembramos que as diversas atividades no TSE são executados com o uso de sistemas computacionais como SEI, PJe, SGRH, Correio eletrônico, videoconferências, Intranet e Internet.

São solicitadas as ferramentas (crimpador e testador) necessárias para montagem dos cabos de rede.

Esclarecemos que as caixas de cabos de rede serão usados ainda para instalação de equipamentos em ambientes de testes como o TPS, Teste de sistemas de eleição e preparação, no próximo ano do Centro de Divulgação das eleições.

Prevemos ainda que tais materiais serão necessários também para ampliar o número de pontos de rede para em decorrência da posse de novos servidores em virtude do concurso público em andamento bem como a instalação dos novos equipamentos que dependem do ponto de rede.

b) O objetivo a ser alcançado:

Permitir a disponibilização de pontos de rede nas mudanças de leiaute, realizar a manutenção dos pontos existentes e prover material necessário à conexão de equipamentos de TI à rede local.

c) Público alvo a ser atendido:

Servidores, magistrados, ministros, colaboradores e estagiário

d) Impactos sobre as atividades do TSE e/ou sobre o público alvo a ser atendido, caso a necessidade apontada não seja sanada:

Vai impossibilitar a mudança de leiautes de salas, e a disponibilização de rede para os equipamentos de novos ambientes.

e) Objetivo(s) estratégico(s) do TSE com os quais necessidade está alinhada, assim como, caso convier, demonstrar a aderência com o Plano Diretor de Informática:

OE15 - Garantir os recursos tecnológicos para a ampliação de serviços digitais, de inovação e segurança de TIC.

f) Requisitos necessários à composição da necessidade e indispensáveis para a escolha da solução que melhor atenderá essa necessidade.

Computadores e Telefone VOIP

g) critérios de sustentabilidade: Todos os esforços possíveis para realizar o reaproveitamento de cabeamento são feitos durante o remanejamento dos pontos de rede, no entanto, quando há a ampliação de pontos de rede não é possível reaproveitar o cabeamento. Desta forma, sendo a aquisição imprescindível para atendimento dos chamados.

2. Análise do Processo de Contratação e Execução Contratual Anterior no TSE:

2.1. Processo SEI, Contrato ou Nota de Empenho e Contratada: 2021.00.000008809-9, Nota de Empenho 2022NE000879 - HYPER TECHNOLOGIES (2187443), Nota de Empenho 2022NE000880 - CONTROLLTEC (2187446), Nota de Empenho 2022NE000881 - ALZOTEC (2187450), Nota de Empenho 2022NE000882 - EDNALDO (2187452).

Ainda há 1 caixa de cabo de rede, que acabará em breve.

2.2. Fase Interna da Licitação (Exigências e sugestões exaradas pela Assessoria Jurídica (Pareceres Asjur) e Controle Interno/Secretaria de Auditoria do TSE):

Quanto as recomendações da Seare:

2022500 - Foi solicitado que fosse adequado ao novo formato do ETP. Além das recomendações sobre pesquisa de mercado. A equipe de planejamento acatou todas as recomendações exaradas.

2031354 - Aprovou o ETP

2052181 - Foram feitas recomendações sobre a redação do termo de referência, e sobre a correção da legislação constante no texto do TR. A equipe de planejamento acatou todas as recomendações exaradas.

2063272 - Aprovou o Termo de referência 2055903

Quanto as recomendações da Asjur:

(2117435) - Não houve recomendação feita.

Todas as recomendações feitas acima foram consideradas e aceitas neste presente estudo.

2.3. Fase Externa da Licitação (Questionamentos, Pedidos de impugnação, Diligências, Inabilitações, Recursos e etc): Não houve.

2.4. Execução Contratual (Dificuldades e Problemas Identificados): Não tivemos problemas na última contratação.

2.5. Necessidade de Transição Contratual: Não se aplica.

3. Diferentes Soluções de Mercado que possam Atender à Necessidade

1ª Solução:

a) Descrição sucinta da solução:

A aquisição de caixas de cabos e conectores é a mesma da última contratação.

b) Indicação resumida dos serviços e materiais, de consumo e/ou permanente, que compõem a solução com as respectivas quantidades:

Aquisição de 38 Caixas de cabo utp categoria 6, 1.000 conectores RJ45 macho, 100 conectores RJ45 fêmea, 5 alicates de climpagem RJ45 macho, 2 alicates de climpagem RJ45 fêmea e 2 testadores de cabos de rede.

A quantidade de cabo de rede, conector de rj 45 fêmea é a mesma da contratação anterior. O conector de rj 45 macho prevemos uma quantidade maior pois acabaram antes da nova contratação. Os alicates e testadores substituirão os atuais que, devido o tempo de uso, não funcionam adequadamente.

c) Potenciais fornecedores e/ou fabricantes:

Amp, Furukawa, Copperlan e Nexans.

d) Órgãos públicos e/ou entidades que tenham adotado solução similar e análise dos respectivos

contratos:

Órgão	Contrato/Pregão	Objeto
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - TRE-AL	SEI 0000507-90.2019.6.02.8000	Aquisição de caixa de cabo de rede
COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR	Pregão Nº 00006/2022 (SRP)	Aquisição de caixa de cabo de rede
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Tecnologia	Pregão Eletrônico Nº 12/2018	Aquisição de caixa de cabo de rede
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - TRE-AL	SEI 0000507-90.2019.6.02.8000	Aquisição de conectores RJ45 macho
MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica	Pregão Nº 00059/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 macho
COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR	Pregão Nº 00006/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 macho
MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica	Pregão Nº 00059/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 fema
COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR	Pregão Nº 00006/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 fema
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Tecnologia	Pregão Eletrônico Nº 12/2018	Aquisição de conectores RJ45 fema

Não identificamos compra de órgão público, de acordo com as nossas necessidades, para os seguintes itens: Alicate de Crimpar RJ45 macho, Alicate de Crimpar RJ45 fêmea e Testador de cabos. Pesquisa de preços realizadas em 23/04/2024.

Conforme consta na tabela acima temos que:

* o item 1,Caixa de cabo de rede, deste estudo é compatível com a Aquisição caixa de cabo de rede que foi adquirido pelo TRE-AL, COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Tecnologia.

* O item 2, conectores RJ45 macho, deste estudo é compatível com a Aquisição de conectores RJ45 macho que foi adquirido pelo TRE-AL, MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Tecnologia.

* O item 3, conectores RJ45 fema, deste estudo é compatível com a Aquisição de conectores RJ45 fema que foi adquirido COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR, MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Tecnologia.

Os valores acima citados estão de acordo com o praticado pelo mercado.

e) Serviços e materiais complementares, não contemplados na solução, mas que devem ser objeto de contratação posterior:

Serviço de alvenaria.

f) Requisitos de tecnologia da informação presentes na solução:

Não se aplica.

g) Custos estimados para fins de análise comparativa:

Órgão	Contrato/Pregão	Objeto	Custo unitário
-------	-----------------	--------	----------------

Órgão	Contrato/Pregão	Objeto	Custo unitário
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - TRE-AL	SEI 0000507-90.2019.6.02.8000	Aquisição de caixa de cabo de rede	R\$ 679,92
COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR	Pregão Nº 00006/2022 (SRP)	Aquisição de caixa de cabo de rede	R\$ 700,00
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Tecnologia	Pregão Eletrônico Nº 12/2018	Aquisição de caixa de cabo de rede	R\$ 855,77
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - TRE-AL	SEI 0000507-90.2019.6.02.8000	Aquisição de conectores RJ45 macho	R\$ 1,71
MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica	Pregão Nº 00059/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 macho	R\$ 0,63
COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR	Pregão Nº 00006/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 macho	R\$ 0,80
MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica	Pregão Nº 00059/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 fêmea	R\$ 15,32
COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR	Pregão Nº 00006/2022 (SRP)	Aquisição de conectores RJ45 fêmea	R\$ 4,90
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Tecnologia	Pregão Eletrônico Nº 12/2018	Aquisição de conectores RJ45 fêmea	R\$ 10,74
Solução Cabos	Link	Alicate de Crimpar RJ45 macho	R\$ 1.150,59
Magazine Luiza	link	Alicate de Crimpar RJ45 macho	R\$ 750,00
Prime cabos	Link	Alicate de Crimpar RJ45 macho	R\$ 989,00
Solução Cabos	Link	Alicate de Crimpar RJ45 fêmea	R\$ 583,30
Loja Eletrica	Link	Alicate de Crimpar RJ45 fêmea	R\$ 371,87
Net Computadores	Link	Alicate de Crimpar RJ45 fêmea	R\$ 487,50
Loja do mecânico	Link	Testador de cabos.	R\$ 4.499,89
Dimensional	Link	Testador de cabos.	R\$ 7.559,99
Anhanguera Ferramentas	Link	Testador de cabos.	R\$ 10.301,11

Não identificamos compra de órgão público, de acordo com as nossas necessidades, para os seguintes itens: Alicate de Crimpar RJ45 macho, Alicate de Crimpar RJ45 fêmea e Testador de cabos.

Pesquisa de preços realizadas em 23/04/2024.

Objeto	Valor unitário	Quantidade	Valor Total
--------	----------------	------------	-------------

Caixa de cabo de rede	R\$ 745,23	38	R\$ 28.318,74
Aquisição de conectores RJ45 macho	R\$ 1,05	1.000	R\$ 1.050,50
Aquisição de conectores RJ45 fêmea	R\$ 10,32	100	R\$ 1.032,00
Alicate de climpagem de conectores macho para cabos UTP RJ45	R\$ 963,20	5	R\$ 4.816,00
Alicate de climpagem (conectorização) de conectores fêmea para cabos UTP RJ45	R\$ 480,89	2	R\$ 961,78
Testador de cabos de rede.	R\$ 7.453,66	1	R\$ 7.453,66
	Total		R\$ 43.632,68

* Tabela acima foi feita uma média aritmética entre os itens encontrados em compras identificadas na administração pública, e os itens que não achamos fizemos a aritmética das empresas que vendem o produto diretamente no mercado, a documentação está diretamente ao lado da empresa, com o link da empresa ou diretamente o link do processo de compra da administração pública.

Objeto	Valor por metro	Valor por caixa	Quantidade de caixas	Valor Total
Lançamento de cabo UTP CAT-6	R\$ 3,21	R\$ 980,62	38	R\$ 37.263,32

Para realizar o cálculo do valor por metro, somamos todos os itens que dá o valor total de 37.263,32 e dividimos por 38, quantidade de caixa, e depois divimos o valor por caixa por 305, que é a metragem do cabo em cada caixa de rede.

h) Custos indiretos relacionados ao ciclo de vida do objeto:

Não se aplica

i) Vantagens e desvantagens:

Vantagens:

- Menor custo pois permite aproveitamento de mão-de-obra qualificada já existente no TSE em função de demandas similares.
- Material de uso comum e portanto de fácil fornecimento pelo mercado;
- Reaproveitamento de cabos de rede prontos no caso de remanejamentos;
- Atendem a maioria das demandas de cabeamento estruturado como confecção de cabos de rede para conexão de equipamentos em rede durante mudanças, novos ambiente

Desvantagem:

- Não inclui todos os materiais e serviços nos casos em que a passagem de pontos necessitem de serviços de alvenaria (abertura de passagens e acabamento)

2ª Solução:

a) Descrição sucinta da solução:

Contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção da rede de comunicação de dados da rede local do TSE, incluindo o fornecimento de materiais necessários a sua execução.

b) Indicação resumida dos serviços e materiais, de consumo e/ou permanente, que compõem a solução com as respectivas quantidades:

Serviço de Instalação de pontos de rede, com certificação e teste a partir do rack de rede indicado até o local, sala e/ou unidade onde o ponto de rede ficará disponível. A empresa deve fornecer o material necessário para disponibilização do ponto e ainda efetuar teste e certificação do funcionamento e identificação.

c) Potenciais fornecedores e/ou fabricantes:

Tais serviços devem ser executados por empresas de execução de serviços e obras de engenharia civil e os materiais são comuns de mercado e fabricados por empresas como Delcaflex, Copex, Tramontina, AMP, Furukawa e Soho Plus. PROENERG ENGENHARIA LTDA , FIAUX COMERCIO E SERVICOS LTDA, SCJ SEGURANCA DIGITAL EIRELI

d) Órgãos públicos e/ou entidades que tenham adotado solução similar e análise dos respectivos contratos:

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (<https://documentos.unila.edu.br/licitacao/24/2022>): Item: 4 - Grupo 1 - Lançamento de cabo UTP CAT-6, com fornecimento de material - Nesse item o valor do metro fica R\$ 8,71.

O item acima citado é compatível com o serviço da solução de prestação de serviço de manutenção de rede de comunicação de dados.

e) Serviços e materiais complementares, não contemplados na solução, mas que devem ser objeto de contratação posterior:

Não se aplica.

f) Requisitos de tecnologia da informação presentes na solução:

Não se aplica.

g) Custos estimados para fins de análise comparativa:

Objeto	Valor por metro	Valor por caixa	Quantidade de caixas	Valor Total
Lançamento de cabo UTP CAT-6, com fornecimento de material	R\$ 8,71	R\$ 2.656,55	38	R\$ 100.948,9

Para fim de comparação entre as soluções, escolhemos o "Item: 4 - Grupo 1 Descrição: serviço de instalação / montagem / remanejamento e Manutenção de rede local de computadores" da licitação, pois esse é o serviço realizado pela SEAU. Neste tipo de serviço o valor a ser cobrado é por metro, conforme pode ser visto abaixo.

Item: 4 - Grupo 1

Descrição: serviço de instalação / montagem / remanejamento e Manutenção de rede local de computadores

Descrição Complementar: Lançamento de cabo UTP CAT-6, com fornecimento de material

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 11.363

Valor Estimado: R\$ 108.743,9100

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: METRO LINEAR

Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Adjudicado para: PROENERG ENGENHARIA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 99.000,0000 , com valor negociado a R\$ 98.971,7300 .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Volta de fase	04/11/2022 15:21:02	-	Volta de Fase para Julgamento
Adjudicado	01/12/2022 15:47:57	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PROENERG ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF:02.586.175/0001-58, Melhor lance : R\$ 99.000,0000, Valor Negociado : R\$ 98.971,7300
Homologado	01/12/2022 15:48:41	THIAGO CESAR BEZERRA MORENO	

h) Custos indiretos relacionados ao ciclo de vida do objeto:

Não se aplica.

i) Vantagens e desvantagens:

Vantagens:

- Menor trabalho na execução do serviço.

Desvantagens:

- Maior custo final ao TSE pois boa parte do serviço de cabeamento é possível de ser executado pelos servidores e/ou colaboradores que prestam serviços técnicos nas unidades de TI e equipamentos elétricos.
- Modelo pouco usual no mercado para serviços pontuais.

4. A Solução Escolhida:

4.1. Os motivos ou as justificativas técnicas e econômicas para a escolha da solução, destacando o que a faz mais vantajosa entre todas as soluções identificadas:

A Aquisição se mostra mais vantajosa, pois representa 37% do valor quando comparado a solução de contratação da empresa. Além disso, permite maior agilidade em atender eventuais problemas que requeiram urgência.

4.2. Detalhamento da solução:

a) Características básicas do serviço e/ou do material a ser contratado:

Objeto
<p>Caixa de cabo de rede</p> <ul style="list-style-type: none">• Categoria 6;• Bitola 23 ou 24 AWG e banda passante de até 250 MHz para uso em redes gigabit;• A cada caixa deve conter 305 metros de comprimento de cabo de rede do tipo par trançado com 8 fios;• Suporte a POE;• Deverá possuir certificação da Anatel;• Atender a diretiva Rohs.
<p>Aquisição de conectores RJ45 macho</p> <ul style="list-style-type: none">• Categoria 6;• Corpo em Termoplástico.• De acordo com as normas ANSI/EIA/TIA 568-A e 568-B;• Atender a diretiva Rohs.
<p>Aquisição de conectores RJ45 fêmea</p> <ul style="list-style-type: none">• Para uso com cabo de categoria 6;• De acordo com as normas ANSI/EIA/TIA 568-A e 568-B;• Conectores do tipo RJ 45 fêmea em termoplástico;• Possibilidade de fixação de identificação;• Conector com idc em ângulo de 90° e acessório para proteção do contato idc e manutenção;• Atender a diretiva Rohs.
<p>Alicate de climpagem de conectores macho para cabos UTP RJ45</p> <ul style="list-style-type: none">• Material do corpo em Aço;• Permitir a crimpagem de conector RJ-45 macho CAT 5e, CAT 5e(blindado) e Cat 6;• Atender a diretiva Rohs.

Alicate de climpagem (conectorização) de conectores fêmea para cabos UTP RJ45

- Material do corpo em Termoplástico / Aço
- Atender a diretiva Rohs.

Testador de cabo Fluke MicroScanner POE.

- Certificado pela Ethernet Alliance para normas IEEE-802.3
- Realizar a verificação de Injetor PoE ;
- Verificação de comprimento do cabo;
- Permitir identificar a distância do rompimento do cabo;
- Rastreie virtualmente todos os pares de cabos ou de fios com os tons digitais e analógico
- Teste de cabo RJ45 sem a necessidade de adaptadores;
- Possuir suporte aos protocolos 802.3af, 802.3at, 802.3bt;
- Permitir a sinalização digital e analógica embutida para localizar com precisão praticamente qualquer par de cabo;
- Possuir tela de LCD;

b) Quantidades e as respectivas unidades de medida/fornecimento, com as devidas justificativas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte:

Item 01: Caixa de cabo de rede categoria 6 sem blindagem: 38 Caixas de cabo utp categoria 6.

Considerando que:

1 - o processo:2024.00.000002108-0 - está pendente por falta de material, estima-se gastar 1 caixa para atender esta demanda.

2 - o processo:2024.00.000008548-7 - solicitou a esta unidade 6 caixas de cabo de rede.

3 - somente no ano de 2024 foram realizados 96 chamados apenas de mudança de leiaute, sem considerar os chamados nos quais os problemas de rede é solucionado com a troca do cabeamento. Esses chamados não levam em consideração os chamados do CDE. Com isso a SEAU utiliza 1,5 caixa por mês.

Diante do exposto, estamos comprando material para atender as nossas demandas pelos próximos 24 meses.

Item 02: Conector RJ45 macho: 1.000 conectores

Quando se faz necessário fazer um novo cabo independente do tamanho, podemos ter que usar até dois conectores em um cabo, um em cada extremidade.

A quantidade de conectores é um pouco maior, pois há pouco tempo foi preciso comprar um saco com 100 concetores RJ macho de forma emergencial.

Item 03: Conector RJ45 fêmea: 100 conectores.

Esse tipo de conector se faz necessário quando precisamos instalar novos pontos permanentes e/ou a troca de concetor que apresenta defeito com o tempo de uso.

Item 04: Alicate de crimpagem de conector RJ45 macho: 5 alicates

Considerando que a unidade possui 16 pessoas entre servidores e técnicos aptos para realizar o serviço.

O quantitativo visa substituir os equipamentos que apresentaram defeito no decorrer do tempo devido ao uso e que não há viabilidade técnica de reparo.

Vale ressaltar que dependendo da urgência/necessidade mais de um equipamento é usado ao mesmo tempo, agilizando assim o serviço tanto no remanejamento quanto na ampliação de novos pontos.

Item 05: Alicates de crimpagem de conector RJ45 fêmea: 2 alicates

Considerando que a unidade possui 16 pessoas entre servidores e técnicos aptos para realizar o serviço.

O quantitativo visa substituir os equipamentos que apresentaram defeito no decorrer do tempo devido ao uso e que não há viabilidade técnica de reparo.

Vale ressaltar que dependendo da urgência/necessidade mais de um equipamento é usado ao mesmo tempo, agilizando assim o serviço tanto no remanejamento quanto na ampliação de novos pontos.

Item 06: Testador de cabo de rede: 1 testador de cabos de rede.

Considerando que a unidade possui 16 pessoas entre servidores e técnicos aptos para realizar o serviço.

O quantitativo visa substituir os equipamentos que apresentaram defeito no decorrer do tempo devido ao uso e que não há viabilidade técnica de reparo.

Vale ressaltar que dependendo da urgência/necessidade mais de um equipamento é usado ao mesmo tempo, agilizando assim o serviço tanto no remanejamento quanto na ampliação de novos pontos.

Objeto	Valor unitário	Quantidade	Valor Total
Caixa de cabo de rede	R\$ 745,23	38	R\$ 28.318,74
Aquisição de conectores RJ45 macho	R\$ 1,05	1.000	R\$ 1.050,00
Aquisição de conectores RJ45 fêmea	R\$ 10,32	100	R\$ 1.032
Alicate de climpagem de conectores macho para cabos UTP RJ45	R\$ 963,20	5	R\$ 4.816,00
Alicate de climpagem (conectorização) de conectores fêmea para cabos UTP RJ45	R\$ 480,89	2	R\$ 961,78
Testador de cabos de rede.	R\$ 7.453,66	1	R\$ 7.453,66
Total			R\$ 43.632,68

Vale destacar que chegamos ao valor unitário considerando a média aritmética dos preços encontrados em aquisições de outros órgãos quando foi encontrado o objeto, o que não encontramos o valor foi baseado em cotações de fornecedores de mercado,

c) Garantia Técnica/Assistência Técnica/ Suporte Técnico: prazo de garantia para todos os materiais deverá ser o usual de mercado e não inferior à 3 (três) meses contados da data do recebimento definitivo.

d) Normas Legais exclusivas: Não se aplica.

e) Normas Técnicas aplicáveis: Não se aplica.

f) Experiência profissional e formação da equipe técnica de execução do contrato: Não se aplica.

g) Transição contratual: Não se aplica.

h) Transferência de conhecimento: Não se aplica.

i) Treinamento: Não se aplica por se tratar de aquisição.

j) Deslocamentos e Reembolso de Diárias e Passagens: Não se aplica por se tratar de aquisição.

4.3. Outros aspectos relacionados à execução contratual:

- a) Prazo de execução e/ou vigência contratual: Por se tratar de entrega única. O prazo de entrega será de 30 dias do envio por email da nota de empenho
- b) Ordem de Serviço Inicial: Não se aplica.
- c) Itens de controle da execução contratual e verificação para recebimento e pagamento do objeto:

LISTA DE VERIFICAÇÃO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE MATERIAL

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAL

Contrato/ Nota de
empenho nº:
Contratante:
Contratada:

Foi verificado que as quantidades de caixas discriminadas na nota fiscal correspondem ao número de caixas entregues.

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 32º da Instrução Normativa nº 11/2021 TSE, que os materiais, relacionados no Contrato acima identificado, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com o Anexo I-II (LISTA DE VERIFICAÇÃO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE MATERIAL) do Anexo I do Edital - Termo de Referência.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes bens ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO

Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência, quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos e de obrigações contratuais, a fiscalização decide por:

RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO

NÃO RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO

LISTA DE VERIFICAÇÃO - RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAL

CONTRATADA:
CNPJ:
CONTRATO/ NOTA DE EMPENHO:
OBJETO:

FISCAIS:

Titular:
1º substituto:
2º Substituto:

ANÁLISE DOS ASPECTOS QUANTITATIVOS

ITEM CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA

SIM NÃO

- 1 A quantidade de materiais entregues é igual a definida no termo de referência?
- 2 Os materiais foram entregues no prazo?

ANÁLISE DOS ASPECTOS QUALITATIVOS

ITEM CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA

SIM NÃO

- 3 Todos os materiais possuem mesma marca e modelo do cotado?
- 4 Materiais sem marcas de uso anterior e devidamente embaladas?
- 5 O produto entregue está de acordo com as especificações previstas no edital ?
- 6 O produto entregue passou nos testes de funcionamento e desempenho conforme previsto no edital ?

ANÁLISE DOS ASPECTOS REFERENTES A OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

ITEM CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA

SIM NÃO

- 7 Em caso de reprovação de materiais os problemas foram sanados em no máximo 10 (dez) dias úteis após a notificação?

PARECER DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA **ATENDEU** AOS ASPECTOS QUALITATIVOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO (vide observações no Relatório de Ocorrências)

A CONTRATADA **NÃO ATENDEU** AOS ASPECTOS QUALITATIVOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO (vide observações no Relatório de Ocorrências)

d) Indicadores de Desempenho e Remuneração Variável: Não se aplica por se tratar de aquisição.

e) Impactos ambientais: Destinação do embalagens e material descartando possível de ser feito conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do TSE; materias em conformidade com o RohS.

f) Elementos da Matriz de Alocação de Riscos: Não se aplica.

4.4. Diferenças (especificação e quantidades) em relação à última contratação:

Trata-se de uma aquisição de uma nova demanda para a tender demandas referentes à instalação de equipamentos de TI, em função da alterações de leiaute de unidade, novos pontos de rede e uso na preparação de ambientes de testes, treinamentos e divulgação que contam com computadores instalados.

Da última aquisição, foram adquiridos mesma quantidade de materias para caixas de cabos de rede e conectores.

Nesta nova demanda verifica-se a necessidade de aquisição de ferramentas, visto que as atuais tem tempo de uso superior a 10 anos acarretando em maior dificuldade para conectorização e aferição de cabos de rede.

4.5. Serviços e/ou materiais complementares não contemplados na solução escolhida:

- a) Contratação adicional: Não se aplica.
- b) Ajustes em outras contratações existentes: Não se aplica.
- c) Requisitos de TI: Computadores e Telefone VOIP
- d) Adequação das Instalações e Infraestrutura do TSE: Serviço de alvernaria quando necessário.

5. Valor Estimado da Contratação com Preços Unitários Referenciais e Memória de Cálculo:

Objeto	Valor unitário	Quantidade	Valor Total
Caixa de cabo de rede	R\$ 745,23	38	R\$ 28.318,74
Aquisição de conectores RJ45 macho	R\$ 1,05	1.000	R\$ 1.050,00
Aquisição de conectores RJ45 fêmea	R\$ 10,32	100	R\$ 1.032
Alicate de climpagem de conectores macho para cabos UTP RJ45	R\$ 963,20	5	R\$ 4.816,00
Alicate de climpagem (conectorização) de conectores fêmea para cabos UTP RJ45	R\$ 480,89	2	R\$ 961,78
Testador de cabos de rede.	R\$ 7.453,66	1	R\$ 7.453,66
Total			R\$ 43.632,68

* Tabela acima foi feita uma média aritmética entre os itens encontrados em compras identificadas na administração pública, e os itens que não achamos fizemos a aritmética das empresas que vendem o produto diretamente no mercado, a documentação está diretamente ao lado da empresa, com o link da empresa ou diretamente o link do processo de compra da administração pública.

6. Divisibilidade da Solução (Avaliação do Parcelamento e/ou Agrupamento):

6.1. A solução poderá ser dividida em 6 itens, cada um corresponde a um item com especificações diferentes entre si, podendo ser fornecido por diferentes empresas.

7. Aspectos Relacionados à Escolha do Fornecedor, à Forma de Contratação, e às Regras de Participação no Procedimento de Contratação:

7.1. Critérios de Seleção do Fornecedor:

- a) Forma de Adjudicação:
 - a.1) Modalidade de Licitação ou Justificativas para Inexigibilidade ou Dispensa: Sugerimos a dispensa em razão do valor de acordo com Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.
 - a.2) Procedimentos Auxiliares: Não se aplica.
 - a.3) Critério de Julgamento das Propostas: Menor preço
- b) Exigências de Qualificação Técnica Profissional e Operacional: Não se aplica.
- c) Apresentação de amostras na fase de licitação e/ou prova de conceito, se for o caso: Não precisa.
- d) Vistoria prévia no local de execução dos serviços, se for o caso: Não se aplica.
- e) Caráter sigiloso para o orçamento estimado da contratação, se for o caso: Não se aplica.
- f) Critérios técnicos de julgamento das propostas (somente para as licitações com julgamento por técnica e preço ou maior retorno econômico): Não se aplica.

7.2. Regras de Participação no Procedimento de Contratação:

- a) Subcontratação: É vedada a subcontratação de qualquer item deste ETP.
- b) Tratamento diferenciado e favorecido a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP): Não há óbice para a aplicação de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para ME/EPPs
- c) Formação de Consórcio: não há óbice para a participação de consórcio
- d) Participação de Cooperativas: não há óbice para a participação de cooperativas
- e) Participação de Empresas Estrangeiras: Não há óbice para a participação de empresas estrangeiras.
- f) Participação de Pessoa Física: Não há óbice para a participação de Pessoa Física.

7.3. Particularidades da Contratação:

- a) Índice de reajuste: ICTI.
- b) Garantia de Execução Contratual: Não se aplica por se tratar de aquisição.
- c) Previsão de Conta-Depósito Vinculada: Não se aplica por se tratar de aquisição.

7.4. Regras para o Sistema de Registro de Preços (se for o caso):

- a) Aceitabilidade de Proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto em edital: Não se aplica.
- b) Preços diferentes para o mesmo item: Não se aplica.
- c) Registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço: Não se aplica.

8. Situações que Possam Ensejar Descumprimento do Contrato (Penalidades):

1. Nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, a **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- 1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

2. Ao responsável pela prática de quaisquer dos atos tipificados como infração administrativa, será aplicada sanção de:

- 2.1 advertência, na ocorrência de causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 2.2 multa, na ocorrência de quaisquer das infrações administrativas previstas no item 1 desta Cláusula.
- 2.3 impedimento de licitar e contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

2.3.1 nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos;

2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 e 1.12, bem como nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

2.4.1 nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3. Para efeito de aplicação de advertência e multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

QUADRO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS					
Item	Descrição	Incidência	Penalização		
			Ocorrência	Ação administrativa sobre a ocorrência	Inexecução parcial do contrato
1	Deixar de apresentar documentação prevista no Termo de Referência.	Por dia		Advertência	Não se aplica
2	Deixar de cumprir determinação formal ou orientação da fiscalização prevista no Termo de Referência.	Por ocorrência	Para a 2ª e a 3ª ocorrência para os itens de 1 a 4 deste quadro.	Multa de 4,5% sobre o valor do contrato/Nota de Empenho (NE).	A partir da 4ª ocorrência (para os itens de 1 a 4 deste quadro) será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
3	Descumprimento de outras obrigações previstas no Termo de Referência.	Por ocorrência			
4	Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado ou prestar informações inverídicas.	Por ocorrência			
5	Entregar bens em desconformidade ao estabelecido no objeto da contratação.	Por ocorrência		Advertência	Não se aplica
6	Atraso na entrega	Por dia		Multa de 0,5 %, sobre o valor do contrato/Nota de Empenho (NE), por dia de atraso, limitado a 30 no máximo. .	30 dias após o vencimento do prazo do prazo de entrega
7	Não cumprir os prazos de execução de equipamento em garantia conforme o Termo de Referência.	Por dia		Multa de 1% sobre o valor do item.	30 dias após o vencimento do prazo de antedimento (A contagem terá início no momento em que o Tribunal solicitar a troca ou reparo) será caracterizada a inexecução parcial do contrato

4. Ultrapassado o limite máximo de aplicação da penalidade previsto na tabela de infração, a Administração poderá optar uma das seguintes hipóteses:

4.1. Presente o interesse público, aceitar a entrega dos equipamentos mediante justificativa com aplicação

apenas da multa de mora e/ou convencional. A continuidade do fornecimento só será possível mediante demonstração nos autos de que sua recusa causará prejuízo à Administração.

4.2. Caso os equipamentos ainda não tenham sido recebidos pelo CONTRATANTE, no todo ou em parte, recusar o objeto e rescindir o contrato, configurando sua inexecução total, com aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e neste contrato.

4.3. Caso o todo ou parte dos equipamentos já tenham sido recebidos pelo CONTRATANTE, rescindir o contrato e recusar o restante do objeto, se aplicável, configurando sua inexecução parcial, com a aplicação de multa compensatória de 15% (quinze por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e neste contrato.

5. As multas de mora e por inexecução parcial, quando aplicadas em razão de descumprimento contratual, não ultrapassarão o limite de 30 % (quinze por cento) do valor total do contrato, considerando-se para esse fim cada item como um contrato em apartado, salvo no caso de agrupamento de itens em lote.

6. A sanção de multa poderá ser cumulada com todas as demais sanções previstas nesta Cláusula, cuja aplicação deverá observar:

6.1 Antes da aplicação da sanção multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.3 Previamente ao desconto da garantia prestada, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7. Antes da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a comissão responsável pela apuração da infração intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observado o disposto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8. Na aplicação das sanções prevista nesta Cláusula serão considerados:

8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

8.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

13.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;

13.2 pagamento da multa;

13.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

13.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

13.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;

13.6 implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável na hipótese das infrações previstas nos itens 1.8 e 1.12 desta Cláusula.

14. Da aplicação das sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar ou contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.1 O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme art. 167 da Lei nº 14.133/2021

15. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9. Critérios e Práticas de Sustentabilidade Socioambiental:

9.1. Critérios e práticas de sustentabilidade exigidos na contratação e os meios e momento para comprovação:

9.1.1. Os critérios e as práticas de sustentabilidade requeridos para a solução a ser contratada foram definidos após a análise de objetos semelhantes, além de outras características, no Painel Gerencial da unidade de Gestão Socioambiental do TSE.

9.1.1.1. Os critérios e práticas de sustentabilidade tiveram por base de referência a informação SEI 1659691.

9.1.2. Deverá ser comprovado:

9.1.2.1. Pela empresa como condição para participação na licitação, não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial; MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

9.1.2.1.1. A comprovação deverá ser efetuada a partir da consulta a lista de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no sítio eletrônico (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf)

9.1.2.2. Como condição para contratação, não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, violando a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do art. 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo), e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

9.1.2.3. Deverá ser apresentada a Certidão Judicial de Distribuição ("nada consta" ou "certidão negativa") da esfera criminal, da Justiça Comum, Federal e Estadual, da empresa e de seus dirigentes.

9.1.3. Consoante os normativos vigentes e pertinentes à sustentabilidade, a Contratada deverá:

9.1.3.1. Comprovar o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), do fabricante, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade - CR válido para categoria 5 (Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações) atividade 5 - 4 Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática

9.1.3.1.1. A apresentação do documento acima pode ser dispensada caso o responsável pelo certame, de posse do CNPJ do fabricante, logre êxito em obtê-lo mediante consulta ao sítio oficial do Ibama (<https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/consultas/ctf>), anexando-o ao processo.

9.1.3.1.2. A apresentação dos documentos descritos no item 9.1.3.1. deste Estudo aplica-se, também, à hipótese de fornecimento de bens importados, caso haja a exigência de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP de quem os comercializa.

9.1.3.1.3. Caso a licitante não seja fabricante do produto, mas, sim, revendedora, distribuidora ou lojista em geral e, por conseguinte, não desempenhe diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, fugindo, portanto, da obrigação de registro diante da instituição responsável, a licitante deverá apresentar o registro ou a certificação do fabricante fornecedor do produto.

9.1.3.1.4. Caso o equipamento fornecido seja importado, será dispensada a apresentação do CTF/APP, devendo a licitante comprovar a sua origem.

9.1.4. A Contratada deverá ainda:

9.1.4.1. Comprovar a eficiência energética 80 Plus ou similar do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas;

9.1.4.2. Atender a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) quanto a não utilização de substâncias nocivas ao Meio Ambiente;

9.1.4.3. Garantir que todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias) deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; e

9.1.4.4. Os equipamentos devem estar em conformidade com a norma IEC 60950 para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

9.1.5. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as exigências mencionadas no Item 9.1.3 e 9.1.4 deste Estudo.

9.1.6. Tendo em vista as particularidades técnicas dos equipamentos a serem adquiridos, a Contratada, sempre que possível, está desobrigada de apresentar ou comprovar a entrega dos produtos e execuções de serviços de forma impressa. Dessa maneira, sempre que possível, os documentos resultantes da contratação (manuais de instruções e instalação) serão apresentados em formato eletrônico, podem ser em mídia ou através de indicação de forma de download, a fim de mitigar a eventual necessidade de descarte de resíduos sólidos no futuro.

9.1.7. Comprovar, conjuntamente com a proposta, caso a empresa possua 100 (cem) ou mais empregados, o atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, que determina a obrigatoriedade do preenchimento de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados: 2%;

II - de 201 a 500: 3%;

III - de 501 a 1.000: 4%; e

IV - de 1.001 em diante: 5%.

A comprovação deverá ser efetuada a partir da apresentação de Certidão de Contratação de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social, emitida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), por meio do link <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam>.

9.2. Justificativa fundamentada para eventual afastamento de critérios ou práticas de sustentabilidade sugeridos pela Unidade de Gestão Socioambiental do TSE:

Entendemos que não se aplica o seguinte critérios

Logística reversa. Considerando que o produto será entregue em parcela única, e que a previsão de vida útil dele é de 5 anos, entende-se ser desnecessário prever uma logística reversa daqui a no mínimo menos 5 anos, principalmente se a contratada for uma empresa de pequeno porte, o que pode lhe trazer ônus excessivo para implementar a logística reversa, e nesse caso restringindo a competitividade. Neste caso, o descarte ambientalmente correto seria feito pelo próprio Tribunal, considerando que há um contrato vigente para a realização do descarte ambientalmente correto. Conforme Informação 12 SEGESA (SEI 1571951).

9.3. Acessibilidade:

Não se aplica.

10. Informações Complementares:

10.1. Restrições de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e/ou orçamentário:

Este Estudo não identificou restrições relacionadas à implementação da solução, uma vez que ela se adequa às características tecnológicas, de segurança e de padronização de sistema operacional do TSE.

10.2. Cessão de Direitos patrimoniais do projeto:

Não se aplica

10.3. Classificação Contábil (contratação de softwares):


Não se aplica

10.4. Vedações de Contratação:


Não há vedação.

10.5. Outras Observações:

RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA PAES BORGES BIONE
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

 Documento assinado eletronicamente em **21/03/2025, às 17:18**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

LUCIANO TEIXEIRA ANDRADE
CHEFE DE SEÇÃO

 Documento assinado eletronicamente em **21/03/2025, às 17:30**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3183925&crc=C75F02F9, informando, caso não preenchido, o código verificador **3183925** e o código CRC **C75F02F9**.